



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

INTEGRIDADE

A comunidade internacional, essa entidade metafísica apenas comparável aos "mercados", aplaude os *freedom fighters* da Ucrânia e está pronta a dar-lhes a mão e o dinheiro. Diz que é uma luta pelos valores europeus. Até porque as credenciais democráticas do novo poder ucraniano são imaculadas: Kiev em chamas e, em vez de eleições, nomeações inspiradas na "democracia de Esparta", por aplauso na Praça da Independência. Os neonazis assumidos do Partido Svoboda, que, como o grupo paramilitar xenófobo Pravyi Sekto, esteve especialmente ativo na "revolução", já têm cinco membros no governo provisório. Escutas a um telefonema entre o ministro dos Negócios Estrangeiros estônio e Catherine Ashton indicam que os *snipers* que dispararam sobre manifestantes e polícias durante a "revolução" podem ter sido agentes provocadores dos revoltosos. Perante rapaziada tão recomendável, sempre resta a oposição moderada, tão dominada pelos interesses das oligarcas como o governo anterior.

A política externa europeia, uma figura de estilo para falar da diplomacia alemã, exige que a "integridade territorial" da Ucrânia seja escrupulosamente respeitada. Integridade territorial da Rússia e da Jugoslávia? Imperialismo. Integridade territorial de Espanha ou do Reino Unido? Indiscutível. Integridade territorial da Sérvia? Oppressão. Integridade territorial da Ucrânia? Um direito inalienável. O valor da integridade territorial dos Estados europeus é como as taxas de juro das dívidas soberanas: sobe e desce sem ninguém conseguir explicar porquê. Quando o valor estava em baixa, a NATO bombardeou a Sérvia, ocupou o Kosovo e, em 2008, declarou a independência de um Estado falhado cuja existência nenhuma pessoa séria consegue justificar. Quando o valor voltou a estar em alta, a Crimeia, russa de pai e mãe, é parte intocável da Ucrânia. Mesmo que tenha sido arrancada à Rússia há apenas 60 anos e oferecida à Ucrânia, como se de um presente se tratasse, por Nikita Khrustchov, em celebração do terceiro centenário da unificação dos dois países. Mesmo que a sua reinternação na Rússia tenha sido aprovada por unanimidade pelo parlamento eleito da Crimeia e vár ser sujeita a referendo ainda este mês. Na realidade, os russos estão a conseguir o improvável: embrulhar o ocidente na sua própria retórica democrática.

Barack Obama critica Putin pela ingênuica nos assuntos internos ucranianos. Coreia, Vietname, Cuba, República Dominicana, Camboja, Laos, Granada, Líbia, Panamá, Iraque, Bósnia, Haiti, Kosovo, Afganistão... Chega para pedir um pouco de decoro? Uma potência tem, colado às suas fronteiras, um território que foi quase sempre seu. A esmagadora maioria da população desse território sente-se parte da potência que abandonou. Na pais onde esse território está integrado há um vasto de poder em que nacionalistas e xenófobos ganham cada vez mais espaço político. Para piorar as coisas, a potência tem nesse território uma base militar e o único porto que lhe dá acesso ao mar durante todo o ano. Digam-lá que país, nestas condições, ficaria quieto? Alguém dúvida que estivessem os EUA no lugar da Rússia já teriam os seus *marines* a desembarcar nas praias da Crimeia? E é neste cenário que a mesma "comunidade internacional" que assistiu sem uma palavra à carnificina da Tchetchénia ameaça Putin com sanções. A integridade moral da Europa é como a territorial dos seus Estados: tem dias.

DANIEL OLIVEIRA ESCRVE EM
www.expresso.pt DE 2^a A 6^a FEIRA

O professor da Universidade de Manchester responsabiliza uma sociedade desequilibrada, que não cuidou nem vai cuidar dos seus

Carta de um pai que emigrou (a uma filha que por cá fica)

Nuno Norte Pinto

Minha filha, tenho muita pena de não estar contigo todos os dias e de não viver a tua vida, agora que fui obrigado a procurar emprego no estrangeiro e a emigrar. Também sei que a vida de todas as crianças portuguesas da tua geração cujos pais e mães foram também obrigados a procurar emprego no estrangeiro e a emigrar, deixando mulheres, maridos e filhos (muitas vezes apenas os filhos), está carregada da mesma dor.

Sei, com toda a certeza, que estes pais e mães se preparam e trabalharam ardilosamente, dando o seu contributo para que o futuro - o nosso mas especialmente o vosso - fosse totalmente diferente, fosse um futuro de oportunidades em Portugal. E sei que também as gerações antes da minha o fiziram. Todo este esforço destas pessoas gourou-sabemos agora: vendo o pais a empobrecer e a regredir, expulsando muitos dos seus melhores, como já aconteceu no passado.

Todos nós deveríamos ter o direito de viver no país onde nascemos uma vida digna e com uma perspetiva de um futuro.

Apesar das exceções, a esmagadora maioria de nós foi forçada a emigrar porque a sociedade e a economia não estão, uma vez mais, preparadas para fazer uso desta enorme massa crítica: pessoas com os mais variados níveis de preparação e experiência, oferecendo ao invés um presente negro — pessoas a trabalharem por valores muitas vezes indignos, insuficientes para planear uma família, vir uma vida com um mínimo de dignidade — e um futuro incerto no que de positivo poderia vir e mais do que certo no que de negativo já conhecemos: o envelhecimento e o empobrecimento das populações.

As nossas famílias, provavelmente já uns bons milhares de famílias, viram e continuam a ver os seus projetos de vida interrompidos por culpa de uma sociedade desequilibrada, que não cuidou nem vai cuidar dos seus. Vamos passar longos dias, semanas, meses, longe uns dos outros, não vamos poder viver o nosso dia a dia comum, os pormenores da vida que fazem a felicidade.

E mesmo voltando com a periodicidade que nos é possível, mesmo tendo por objetivo último a reuniificação das nossas famílias, a probabilidade de regressar em definitivo é mui-

to baixa para muitos, porque encontrámos trabalhos dignos e de futuro, em sociedades que valorizam o mérito, algo que não existe nem vai existir em Portugal durante muitos anos. E porque tudo indica que a sociedade e a economia portuguesas vão "justar-se" e estabilizar num nível de riqueza muito baixo, de subdesenvolvimento, incapaz de novamente gerar empregos ou trabalho dignos.

E tudo isto se passa porque há muita gente em Portugal que acha que isto até é bom para o país, pelas redes que os novos emigrantes vão criar, pelas possibilidades que vão abrir para a economia portuguesa ao serem contratados e colocados em lugares de qualidade, muitas vezes de topo e de decisão à escala global.

Mas digo-te que é exactamente por causa dessa gente, a que em Portugal muitas vezes se chamam as "élites" e os "altos quadros", que nós fomos obrigados a emigrar.

E é um ultraje ver a indiferença destas "élites" portuguesas, essa amalgama paroquiana de gente cada vez menos preparada, cada vez mais mediocre mas fundamentalmente clientelista, que foi criando nas últimas décadas um sistema social e económico que valoriza tudo menos o mérito.

Da repartição ao gabinete de ministério, da escola primária à universidade, da empresa municipal às grandes empresas do Estado, mas também na esfera privada, das PME em que um emprego é muitas vezes sinónimo de uma dívida de gratidão ao patrão, aos conselhos de administração que clamam pela destruição da pouca dignidade laboral que ainda resta, essa gente esfrega as mãos de contente porque este esvaziamento de muitos dos melhores recursos humanos nacionais lhes garante a continuação do sistema clientelista, baseado nos baixos salários e nos empregos precários, na injustiça e na consequente indignidade.

Sinto, como certamente muitos outros pais e mães sen-

tem, uma ráua enorme do meu país, que nos interrompeu as nossas vidas, os nossos projectos, a nossa felicidade.

Sei que esta dor da separação forçada, que se aviva como uma brasa ao vento de cada vez que regressarmos a Portugal (e partimos de volta), é uma dor comum a ti e a mim, à nossa família, a todas as famílias que estão literalmente partidas e que fazem um esforço para enfrentar a incerteza e a infelicidade de novos e provavelmente longos períodos de separação.

Sei também que as ditas "élites" se estão absolutamente a marimbar para todos nós, os que partiram, e os que ficaram.

Estou certo que, para muitos de nós, esta raiva vai, a pouco e pouco, transformar-se em desprezo, à medida que vamos reunindo as nossas famílias, recuperando a nossa felicidade.

E nada pode ser pior para um país do que o desprezo dos seus cidadãos.

ILUSTRAÇÃO FILE ABRAHAMES

O docente universitário analisa as experiências dos EUA, Chile e Itália

A liberdade de escolha da escola

Rodrigo Queiroz e Melo

Rod Paige, ex-superintendent of schools de Houston, Texas (o 7º maior distrito escolar americano, com 210.000 alunos, 89% de minorias e 80% pobres), primeiro afro-americano Secretário da Educação do Governo federal (2001 a 2005) e um dos autores e impulsoreadores da lei "No child Left Behind". Diz ele sobre a liberdade de educação: "Podemos não estar de acordo em muito, mas há algo que é inultrapassável: a liberdade de escolha da escola é uma pré-condição para a melhoria da escola. Uma grande organização não pode funcionar eficientemente em monopólio. Especialmente um distrito escolar." E vai mais longe: "a melhoria não se basta com, mas necessita, de autonomia das escolas e liberdade de escolha para os pais."

Michelle Bachelet, candidata do centro esquerda, eleita presidente do Chile em dezembro passado, pre-

tende introduzir alterações no sistema escolar chileno (baseado em vouchers e na liberdade de escolha da escola). Quer discutir a possibilidade de haver oferta privada com fins lucrativos (garantindo a hipótese de conversão aos atuais operadores) e impedir que as escolas cobrem dinheiro acima do valor do voucher (aumentando no entanto o valor do voucher para garantir um ensino de qualidade). Mais acabar com a presença de operadores não estatais e a possibilidade de os pais escolherem livremente as escolas para os seus filhos?... Nem pensar.

Em ambos os países, Estados Unidos e Chile, há estudos e contra estudos sobre o efeito da liberdade de escolha da escola nos resultados académicos dos alunos. Os resultados não são claros. Pode ser que não aprendam mais, embora seja certo que não aprendem menos. Mas o que podemos e devemos aprender com estes dois líderes é que a liberdade de escolha da escola é um bem muito para além da mera lógica utilitarista

na educação. A liberdade de escolha é um poderoso instrumento de promoção da igualdade de oportunidades que tem de ser constantemente acompanhado e melhorado, mas é um direito fundamental das pessoas e não há outro caminho. Isto é uma constante em todos os países que optaram pela via da liberdade: querem melhorar os instrumentos mas não têm intenção de voltar atrás. Remetem que sejam os pais e alunos a escolher a escola e que haja um acompanhamento inteligente do sistema por parte do Estado. Mas ninguém quer voltar ao regime anterior.

Em defesa da liberdade de educação como um direito fundamental da pessoa humana é da construção de uma sociedade melhor: nada como terminar citando António Gramsci (fundador do PC italiano): "Nós, socialistas devemos ser defensores da escola livre, da escola deixada à iniciativa privada e comunitária. A liberdade na escola só é possível se a escola for independente do controlo do Estado. (...) Nós devemos fazer-nos defensores da escola livre e conquistar a liberdade de criar a nossa escola. Os católicos farão outro tanto onde estão em maioria; quem tiver mais linha tecerá mais pano" (artigo no "Il grido del popolo", 1918).



Henrique Raposo
politica@expresso.empresa.pt

PENICOS E BOMBINHAS

H á dias cheguei à creche e recebi um aviso assombroso: a sua filha não gosta do Carnaval. Ótimo, o pai também não. Se fosse brasileiro, o Carnaval seria do meu agrado. Mas, como nasci desde lado de 1808, só posso odiá-lo. Se no Brasil esta época representa terapia sexual, em Portugal significa ódio. A essência do Carnaval português não está naqueles patéticos sambódromos da Mealhada e afins. O nosso Entrudo é outra coisa. Na minha infância, por exemplo, era sinônimo de ovos pobres atirados ao cocalero da cafeteria do Café Central ou de água com farinha derramada lá do alto de uma marquise anónima. Entre Santa Iria e Sacavém ou entre Odivelas e o Olival, os autocarros serviam de alvo para um mui nobre desporto: bandos de moços atiravam bombinhas de maio cheio às camionetas; o prémio ia para aquele que conseguisse acertar no vidro aberto, forçando assim o motorista a parar e a evacuar os passageiros devido à pestilência que se entrinhava no nariz e na roupa. Perdi a conta às vezes em que ouvi a minha madrinha dizer "ive de vir a pé desde a Bobadela, porque atiraram uma bombinha à camioneta". O filme repetia-se na escola. Algumas bisnagas não tinham apenas H2O e as omnipresentes bombinhas eram atiradas à velha ardósia. A sala ficava empoeirada durante dois ou três dias e os pais de giz desciam à condição de gozma durante dois ou três meses. Apesar das regadas recebidas nás nos dedos, os meliantes não desmotivavam e repetiam o ataque quinco todos os anos.

Mais tarde, descobri que esta violência carnavalesca era muito antiga. Quando emigrou para Lisboa em meados do século, a minha família ainda viu o velho Carnaval lisboeta, que tinha o seu pincalo num habitat exótico: as sirigaitas despejavam os penicos pela janela, numa verdadeira sinfonia de perdigotos gigantes a cair do terceiro andar e a aterrar no cocalero alheio. Portanto, as bombinhas dos anos 80 e 90 eram apenas descendentes tecnológicas destes frenesim escatológico. Conveniente recordar que, nesta altura, a calçada lisboeta servia de alvo para a cuspida no chão, outro grande desporto nacional. Homem que era homem tinha de decorar o pavimento com duas ou três escarratas diárias. Reza a lenda que o meu avô nunca percebeu a mania, mas não havia nada a fazer. A escarrata estava para 1950 como o coco caminhou para 2014, era a marca identitária de um povo assado em casa mas muito porco na rua.

A-brincar-a-brincar, os penicos e bombinhas apontam o dedo ao nosso grande defeito: a desconfiança que o português sente por outro português; nós temos os índices de capital social mais baixos da Europa. E por isso que sujamos as ruas. É uma forma de dizer "olhem, pá, não confio em vocês, só confio na minha família, logo venho aqui sujar o espaço público apesar de ter a minha casa num brinco". Além de gerar esta atmosfera odiosa, a nossa desconfiança endémica cria problemas económicos. Manuel Forjaz costuma dar este exemplo: em São Paulo, existem 700 empresas portuguesas com 700 sedes, 700 estruturas separadas, 700 advogados, etc. Ao lado, as empresas espanholas partilham a mesma sede. Sim, estamos mais polidos e já vestimos Armani, mas continuamos a atirar bombinhas uns aos outros e a despejar penicos sobre os vizinhos. Será que a geração da minha filha ainda vai viver neste Carnaval de ódio?

HENRIQUE RAPOSO ESCRVE EM
www.expresso.pt DE 2^a A 6^a FEIRA